

SÁBADO - 14 DE DEZEMBRO DE 1991

O ESTADO DE S. PAULO - 1

*(Com. Brasil)*

# Medidas sociais vão atenuar a recessão

ESTADO DE S. PAULO

14 DEZ 1991

*O governo vai apoiar as exportações, ampliar o seguro-desemprego e aplicar recursos em setores industriais estratégicos*

CARLOS FRANCO

RIO — O secretário-executivo do Ministério da Economia, Luiz Antônio Gonçalves, anunciou ontem que o governo deve adotar em janeiro medidas econômicas que ele denominou de "contracíclicas" para reduzir o custo social do plano econômico acertado com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Entre as medidas, ele citou o apoio às exportações, a ampliação da área de abrangência do seguro-desemprego e a aplicação de recursos do próprio seguro-desemprego em setores industriais que o governo considere estratégicos.

Gonçalves explicou que a ampliação de recursos para as exportações é viável porque o governo eliminou em novembro os atrasados do Fundo de Financiamento das Exportações (Proex). Segundo ele, essa decisão "estimula o setor privado a financiar as exportações". O acordo assinado pelo Brasil com o FMI prevê aumento do volume de exportações de 31,8% este ano para 35% em 1992.

Gonçalves disse que o objetivo é tornar mais fácil a entrada dos pedidos e desburocratizar as operações de desembolso do seguro-desemprego. Ele afirmou que em novembro o governo arrecadou Cr\$ 250 bilhões de contribuições ao Fundo de Auxílio ao Trabalhador (FAT) e ao PIS/Pasep. Desse total, segundo Gonçalves, Cr\$ 60 bilhões são relativos ao seguro-desemprego.

O secretário Gonçalves disse que a decisão de tornar mais rápida a liberação dos pagamentos não significa que o governo tema demissões em massa no primeiro semestre. "É uma medida que precisávamos tomar para desburocratizar os pagamentos." O secretário disse que o governo também deve alocar recursos do seguro-desemprego, que representam 60% do FAT, em projetos industriais estratégicos para a estabilização da economia. "Talvez na construção civil", afirmou.

O secretário explicou que a idéia é usar recursos do seguro-desemprego para constituir um fundo no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal para investimentos em manutenção dos níveis de emprego de setores essenciais. Assim, a capacidade de investimento do governo no setor privado teria significativa ampliação, porque 40% dos recursos do FAT são repassados por Lei ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a aplicação de recursos em projetos de desenvolvimento econômico.

Gonçalves afirmou também que os recursos excedentes do crédito agrícola podem ser utilizados para financiar investimento em setores básicos. O secretário afirmou que o cenário previsto pelo governo para o primeiro semestre de 1992 não é de facilidades. "Será um período difícil, mas a sociedade tem de fazer uma opção para que a economia possa se estabilizar", acrescentou. "Acredito que o segundo semestre de 1992 será mais tranquilo, mas crescimento mesmo só haverá a partir de 1993, porque nosso compromisso para o próximo ano é de PIB zero."

Ele afirmou também que o governo pretende não acumular diferenças tarifárias do setor público em relação à inflação, de modo a restabelecer a capacidade de investimento das estatais. "Precisamos ter o cuidado de não deixar acumular diferenças que impeçam os investimentos das estatais", declarou.